



ESTADO DE MATO GROSSO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Ofício nº 465/2021 – SL/CMC.

Cáceres – MT, 27 de abril de 2021.

A Sua Excelência a Senhora  
**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**  
Prefeita Municipal  
Prefeitura Municipal de Cáceres  
Av. Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste  
CEP: 78.210-906 | Cáceres-MT.

**Assunto:** Encaminhamento do autógrafo do PROJETO DE LEI Nº 14, DE 04 DE MARÇO DE 2021, de autoria da Vereadora Maria José Da Silva (Mazéh Silva) – PT, conforme a Lei nº 2.138 de 18 de junho de 2008.

A par de primeiramente cumprimentá-lo, dando cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, encaminho a Vossa Excelência, o autógrafo do **PROJETO DE LEI Nº 14, DE 04 DE MARÇO DE 2021. “Institui e Cria a Campanha permanente de Enfrentamento ao Assédio e à violência Sexual contra Mulheres e Meninas no Município de Cáceres-MT.”** Aprovado, na Sessão Ordinária do dia 26 de abril de 2021.

Atenciosamente,

  
**DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS**  
Presidente da Câmara Municipal de Cáceres



ESTADO DE MATO GROSSO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**PROJETO DE LEI Nº 14, DE 04 DE MARÇO DE 2021.**

*“Institui e Cria a Campanha permanente de Enfrentamento ao Assédio e à violência Sexual contra Mulheres e Meninas no Município de Cáceres-MT.”*

Autor(a): Ver<sup>a</sup>. Maria José Da Silva (Mazéh Silva) – PT

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas que lhe são estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como o seu Regimento Interno, faz saber que o Plenário deste Poder Legislativo aprovou e a Prefeita Municipal sancionará a seguinte Lei:

**“Art. 1º** Fica criada a campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e à violência sexual no Município de Cáceres.

**Art. 2º** São condutas abarcadas por esta Lei:

**I** - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual ou ato libidinoso não desejados, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, consubstanciadas nas seguintes condutas já tipificadas:

**a)** constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso, de acordo com o art. 213 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

**b)** ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima, de acordo com o art. 215 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

**c)** constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, de acordo com o art. 216-A do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

**d)** ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de catorze anos, de acordo com o art. 217-A do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

**e)** induzir alguém menor de catorze anos a satisfazer a lascívia de outrem, de acordo com o art. 218 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

**f)** praticar, na presença de alguém menor de catorze anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem, de acordo com o art. 218-A do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940);



ESTADO DE MATO GROSSO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**g)** importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor de acordo com o art. 61 da Lei de Contravenções Penais (Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941)

**h)** demais casos previstos na legislação específica.

**Art. 3º** A campanha permanente terá como princípios:

**I** - o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres;

**II** - a responsabilidade do poder público municipal no enfrentamento ao assédio e à violência sexual ;

**III** - o empoderamento das mulheres, através de informações e acesso aos seus direitos;

**IV**- a garantia dos direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

**V** - o dever do município de assegurar às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária;

**VI** - a formação permanente quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

**VII** - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia.

**Art. 4º** A campanha permanente terá como objetivos:

**I** - enfrentar o assédio e a violência sexual nos equipamentos, espaços públicos e transportes coletivos no município de Cáceres;

**II** - divulgar informações sobre o assédio e a violência sexual;

**III** - disponibilizar os telefones de órgãos públicos responsáveis pelo acolhimento e atendimento das mulheres;

**IV**- incentivar a denúncia das condutas tipificadas.

**Art. 5º** São ações da campanha permanente de enfrentamento ao assédio e a violência sexual:

**I** - promoção de campanhas educativas e não discriminatórias de enfrentamento ao assédio e a violência sexual;

**II** - criação de cartilhas com explicações sobre o assédio e a violência sexual;

**III** - a formação permanente dos servidores e prestadores de serviço sobre o assédio e a violência sexual;

**IV**- empoderar a mulher para que esta denuncie o ocorrido, caso deseje;





ESTADO DE MATO GROSSO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**V** - divulgação das políticas públicas voltadas para o atendimento das vítimas de assédio e a violência sexual.

**§1º** A formação permanente dos servidores e prestadores de serviço do município observará, prioritariamente, o combate ao assédio moral e sexual no local de trabalho e o acolhimento das vítimas.

**Art. 6º** O Poder Executivo produzirá cartilhas educativas sobre o assédio e a violência sexual no âmbito do serviço público, prioritariamente no que tange o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho e no transporte público.

**Parágrafo único.** Para a confecção dos materiais previstos no caput deste artigo serão observados os relatórios técnicos pertinentes à violência contra as mulheres.

**Art. 7º** O Poder Executivo fortalecerá as iniciativas que estejam de acordo com os princípios expostos no art. 2º.

**Art 8º** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com as outras esferas do Poder Público a fim de garantir maior visibilidade à campanha.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, podendo ser suplementadas se necessário.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Cáceres-MT, 26 de abril de 2021.



**DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS**  
*Presidente da Câmara Municipal de Cáceres*